

Revista do **SESCON RS**

ANO VIII Nº 55/04 MARÇO DE 2011



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Orcamento reduzido

Corte de 50 bilhões quer conter a alta da inflação

*Entrevista com o Governador
Tarso Genro traça meta
de criar incentivos fiscais*

SE VOCÊ ESCOLHE QUEM ENTRA NA SUA EMPRESA PELO CURRÍCULO, VEJA O NOSSO.

SE VOCÊ PROCURA UM DOS MELHORES PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA A SUA EMPRESA, DECIDA PELO PROJETO PESCAR. ATRAVÉS DAS SUAS UNIDADES, ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO ECONÔMICA DESFAVORÁVEL TÊM A OPORTUNIDADE DE APRENDER UMA PROFISSÃO E GARANTIR UM FUTURO COM GRANDES POSSIBILIDADES. OS ADOLESCENTES GANHAM E A SUA EMPRESA GANHA TAMBÉM COM O DESENVOLVIMENTO DE TODA A SOCIEDADE.



- 34 anos de atuação • Certificadora do Programa Jovem Aprendiz • Mais de 2.000 jovens atendidos anualmente
- Baixo investimento de implantação • 70% dos adolescentes têm emprego garantido ao se formar
- 120 franqueadas • Atuação em 10 Estados e Distrito Federal, além da Argentina e do Paraguai

aconteceu	4
artigo	5
geral	6
entrevista	8
economia	11
especial	12
gestão	16
informe técnico	18
notícias	20
crônica	22

Na última revista do Sescor/RS, abrimos o nosso editorial com a seguinte pergunta: o que esperar do novo governo federal? E agora, iniciamos o texto da nova publicação, não mais com um questionamento, mas com uma informação: o governo federal resolve cortar R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União. O primeiro e maior corte da presidente, Dilma Rousseff, feito ainda no início deste ano, tem como um dos objetivos conter parte da demanda que vem pressionando a inflação. Decisão essa, com a qual o novo governo acredita que alcançará uma inflação na casa dos 4,5% até o final do ano, porém os economistas apontam que com um IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - em 6%, essa probabilidade se torna remota.

Portanto, as nossas expectativas como empresários são muitas, principalmente, neste ano de 2011, que aponta como promissor o setor de contabilidade no Brasil. Uma pesquisa realizada recentemente mostrou para todo o Brasil que o procura por profissionais que além de conhecerem o sistema fiscal e tributário, possam auxiliar nas decisões importantes da empresa será o principal motivo de 62% dos empresários entrevistados; e que 39% das companhias instaladas no país pretendem aumentar a equipe nos próximos meses.

Por falar em governo, não podíamos deixar de realizar uma entrevista exclusiva com o novo governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que nos fala sobre ações, gestão, carga tributária, equilíbrio fiscal, entre outros assuntos de interesse de todos nós. Muitos outros temas, também importantes para o nosso segmento, estão na Revista do Sescor/RS. Então não perca mais tempo, e leia tudo que preparamos para você, o nosso mais ilustre leitor.



Jaime Gründler Sobrinho,
presidente

Um abraço fraternal e tenha
uma boa leitura!

13/12

O curso "Melhores práticas para a Geração da Folha de Pagamento no Sistema da Prosoft" aconteceu no auditório do Sescor/RS e teve como palestrantes, os técnicos Thiago da Silva Moura e Daniel Flores Saccal.

14/12

Com carga horária de seis horas, o curso "Melhores Práticas – Contabilidade e Livro Fiscal no Sistema da Prosoft" foi ministrado pelos técnicos Elizeu dos Santos Muniz e José Gabriel da Silva.

15/12

Buscando capacitar os profissionais que atuam na área fiscal e contábil, o Sescor/RS realizou o curso "Prática e Escrita Fiscal", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

16/12

O Comitê Setorial do Sescor/RS, ligado ao PGQP (Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade), realizou o workshop anual "Qualificar é prêmio". O evento visa promover a metodologia de gestão da qualidade e o reconhecimento das empresas, que aderiram ao comitê pela participação no sistema de avaliação e Prêmio Qualidade RS 2010 do PGQP.

17/01

O curso "Procedimentos para Encerramento de Balanço do Ano-Calendário de 2010" foi ministrado pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Pordiúncula.

**20/01**

Capacitar e atualizar os profissionais para a atuação na área fiscal/contábil de empresas foi o objetivo do curso "ICMS – Substituição Tributária", ministrado pelo contador Ademir Vanzella.

21/01

O professor Paulo Walter Schnorr ministrou o curso "Contabilidade para PMEs a partir de 2010 – numa abordagem prática – Módulo IIº", no auditório do Sescor/RS.

24/01

A DIRF (Declaração de Imposto de Renda Refido na Fonte) foi o tema de curso ministrado pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Pordiúncula.

25/01

O contador Ademir Vanzella ministrou o curso "Nota Fiscal Eletrônica – Aspectos Fiscais".

09/02

O curso "Rescisão de contrato de trabalho e homologação – comentando o sistema Homolognet – Instrução normativa SRT nº 15 de 15/07/2010" foi ministrado pelo advogado e professor, Ivo José Paulo, no auditório do Sescor/RS.

10/02

IRPJ e CSLL foram os temas do curso ministrado pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Pordiúncula.

**14/02 e
15/02**

Nesta data foi realizado o módulo I do curso de Departamento Pessoal, ministrado pelo técnico em contabilidade e advogado, Luciano Kellermann Livi Biehl.

SESCOR/RS

Sindicato dos Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168
Fone: (51) 3343-2090 Fax: (51) 3343-2168
CEP: 90240-480 - Porto Alegre - RS
www.sescor/rs.com.br | secon-rs.sescon.org.br

DIRETORIA TITULARES

Presidente: Jaime Gründler Sobrinho
Vice-Presidente: José Inácio Lenz
Dirutor Administrativo: Renato João Kerkhoff
Vice-Diretor Administrativo: Maurício Gratti
Dirutor Financeiro: Diogo Ferri Chiarman
Vice-Diretor Financeiro: Tatiana Astrupello Freitas
Dirutor de Relações do Trabalho: José Roberto Santos Pires
Dirutor de Assuntos Legislativos: José Toledo Jacoby
Dirutor Regional: Leônio Pacheco
Dirutor Regional: Laiz Carlos Duarte da Oliveira
Dirutor Regional: Sérgio Gilberto Dianese
Dirutor Regional: Valdir Ferreira Rodrigues

SUPLENTES

Bernardino Marucco
Célio Luiz Leonardi
Colo Lotti
Décio Becker
Eduardo Singilsky
Flávio Dondini Jr.
Flávio Duarte Ribeiro Junior
Inêska Fáthima Lodi
Jacqueline Pereira Póvoa
Jorge Luiz Bersch
Maria Odina Cuklas
Márcia Franchitti

CONSELHO FISCAL TITULARES

Rogério Costa Beckenbach
Ovíncio Schneide
Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTES

Elio Lotti
Lourdes Scattolonini
Jorge Luiz Pessina

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO TITULARES

Luis Carlos Bohn
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires

SUPLENTES

José Carlos Kibbe
Antônio Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Flávio Olíbio Filho
Jaime Gründler Sobrinho
José Roberto Santos Pires
Antônio Carlos Nossi
Juarez Corrêa

Francke

EDIÇÃO

Francke | Comunicação Integrada

Av. Carlos Gomes, 466 - qd. 7 - Bela Vista

Fone/Fax: (51) 3388.5762 - www.francke.com.br

Editor Responsável: Maria Francke (Reg. Prof. 651/98)

Redator: Ana Lúcia Medeiros (Reg. Prof. 11562/98)

Capa: Alessandro Giengo

Diagramação: Hélio de Souza

Revisor: Flávio Dotti Cesa

Legislação Trabalhista

O anacronismo da multa de 50% sobre o FGTS

Em setembro de 2000, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito de um pequeno grupo de trabalhadores de receber da União, a indenização pelos expurgos provocados nas contas do FGTS pelos Planos Verão e Collor I. A partir de então, a jurisprudência unificou-se no sentido de condenar a União a atualizar o valor depositado no percentual de 68,9%. Após a publicação do acórdão que se configurou num verdadeiro marco jurisprudencial, o Poder Executivo, curvando-se ao Judiciário, passou a admitir a hipótese de pagamento da indenização a todos os cotistas, independentemente de ação judicial. O problema já não era mais o valor devido, mas quem arcaria com a conta de mais de R\$ 40 bilhões de reais.

Após uma série de negociações no âmbito do Ministério do Trabalho, sob a coordenação do então Ministro Francisco Dornelles, as Confederações Patronais e as Centrais Sindicais aprovaram o chamado "Acordo do FGTS". Pelo ajuste, a conta foi dividida entre o próprio governo, empresários e os mais de 60 milhões de empregados cotistas. A Lei Complementar nº 110, de junho de 2001, que deu forma ao acordo, em síntese previa a seguinte divisão da conta: R\$ 15,7 bilhões de reais pelas empresas; R\$ 4,7 bilhões de reais pelos trabalhadores; R\$ 4,7 bilhões de reais pelo governo e R\$ 12 bilhões de reais pelo FGTS.

A forma de contribuição das empresas foi definida pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 110/01. O artigo 1º instituiu a contribuição social para os casos em que o empregado seja despedido sem justa causa no valor de 10% sobre o montante depositado na conta vinculada ao FGTS. Assim, a multa que antes era de 40%, de acordo com o art. 10º do ADCT, passou, por meio de lei complementar, a ser de 50%. De outra parte, o artigo 2º institui contribuição mensal no valor de 0,5% sobre a remuneração devida ao empregado no mês anterior. Desta forma, o recolhimento para o FGTS,

que era de 8%, passa a ser de 8,5%.

Enquanto a contribuição mensal foi criada com vigência predeterminada, até dezembro de 2006 [parágrafo segundo do artigo 2º], a contribuição vinculada à demissão sem justa causa, talvez por um lapso dos acordantes, nasceu sem prazo final prefixado. Todavia, a ausência formal de prazo final para a vigência da indigitada contribuição não pode sustentar sua validade "ad eternum".

Com efeito, as indenizações devidas aos cotistas foram plenamente quitadas em janeiro de 2007 com o respectivo pagamento da última parcela do acordo. Portanto, o exaurimento da razão de sua criação nos leva à conclusão lógica de que a contribuição deve ser extinta. Este entendimento foi compartilhado pelo então Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ao propor o PLS nº 373/07, que busca revogar o art. 1º da Lei Complementar 110/01 e, assim, extinguir a multa adicional. Atualmente o indigitado projeto aguarda análise pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Entretanto, infelizmente o governo contraria a lógica e não apoia a extinção. Segundo declarações do Ministro Mantega, a manutenção da multa adicional deve servir como forma de angariar recursos a subsidiar a compra de casas populares.

A posição do governo sobre esse tema nos demonstra sua ideia equivocada, claramente presente no PAC I e PAC II, de como promover o desenvolvimento econômico nacional. A expansão da economia não se fará naturalmente com a desoneração fiscal e trabalhista, mas será (?) a fôrceps, com pesados investimentos estatais financiados exatamente pela alta carga tributária.

Eduardo Caringi Raupp, advogado.
Sócio da Flávio Obino Fº. Advogados Associados

Recuperadora de crédito

De olho no devedor

"Fazer a intermediação entre o credor e o devedor, buscando uma solução para o débito existente e ajudando a recuperar a inadimplência do cliente." Essa é uma das vantagens das empresas recuperadoras de crédito, apontada pelo advogado e sócio-diretor da Gadol Assessoria de Cobranças, Carlos Eduardo Aguirre. A recuperadora é uma empresa prestadora de serviços na área de cobrança que presta serviços para os segmentos de comércio, indústria, bancos, financeiras, grandes varejistas e organizações de prestação de serviços. "Atua na área amigável e judicial, se for do interesse do credor, e se o devedor não concordar em solver seu débito."

Os serviços prestados incluem assessoria de cobrança para empresas de grandes redes, bancos e financeiras cobrando conta corrente, financiamentos, cartão de crédito, e para o comércio cobrando crediário para todo o Brasil. Além disso, as empresas recuperadoras de crédito contam com pro-

gramas específicos para análise e efetivação das cobranças que permitem ao cliente, maior controle sobre a sua operação. "Ele pode visualizar como está oferecendo o seu crédito."

Os benefícios de contratar os seus serviços são todas as vantagens da terceirização, que deixa livre para a empresa-contratante todos os encargos trabalhistas, que são transferidos para a empresa de cobrança. "As empresas nos últimos anos enxergaram as vantagens da terceirização." Segundo o diretor operacional da Hoepers Organização e Cobrança, Rodrigo Dutra, as vantagens são muitas, no entanto as mais importantes são a redução de custos e know-how. "A construção e manutenção das equipes de recuperação de créditos exigem um elevado custo com folhas de pagamento, premiações motivacionais e treinamento constante. Esse investimento, sendo feito dentro das instituições contratantes, tiraria o foco das empresas em sua atividade fim", argumenta. Além disso, Dutra destaca que, constantemente, o perfil do cliente-devedor muda e consequentemente as estratégias de cobrança e de abordagem também devem mudar acompanhando a evolução do consumidor. "Hoje, a preocupação e a exigência de quem contrata uma empresa de recuperação de crédito não é apenas o quanto irá recuperar de crédito, mas como irá recuperar."

A recuperadora de crédito conta com uma equipe de profissionais especializados para atender, que vão desde operadores de cobrança, profissionais de Tecnologia da Informação (TI), estatísticos, administradores e advogados, que buscam definir a melhor proposta para determinado tipo de devedor. "Antes de atuar, fazemos uma análise do devedor para ver o perfil e qual o melhor resultado", declara Aguirre.

Para uma recuperadora de crédito ter sucesso em seu empreendimento, é necessário um grupo capacitado de pro-

"É preciso ter uma filosofia de bom atendimento ao cliente credor, bem como de muito respeito ao consumidor devedor."



fissionais e operadores de cobrança, que são treinados e têm atualização permanente sobre o código do consumidor, forma de abordagem com o devedor. É preciso contar também com uma área de software e maquinário atualizado. "É preciso ter uma filosofia de bom atendimento ao cliente-credor, bem como de muito respeito ao consumidor-devedor."

"Ferramentas e profissionais capacitados", assim Dutra define o sucesso de uma empresa recuperadora de crédito. Dessa forma, é possível gerenciar estratégias que permitam ter a velocidade e assertividade necessárias. "Profissionais capacitados para 'pilotar' as ferramentas e principalmente abordar os clientes de forma eficaz, recuperando o crédito e o cliente."

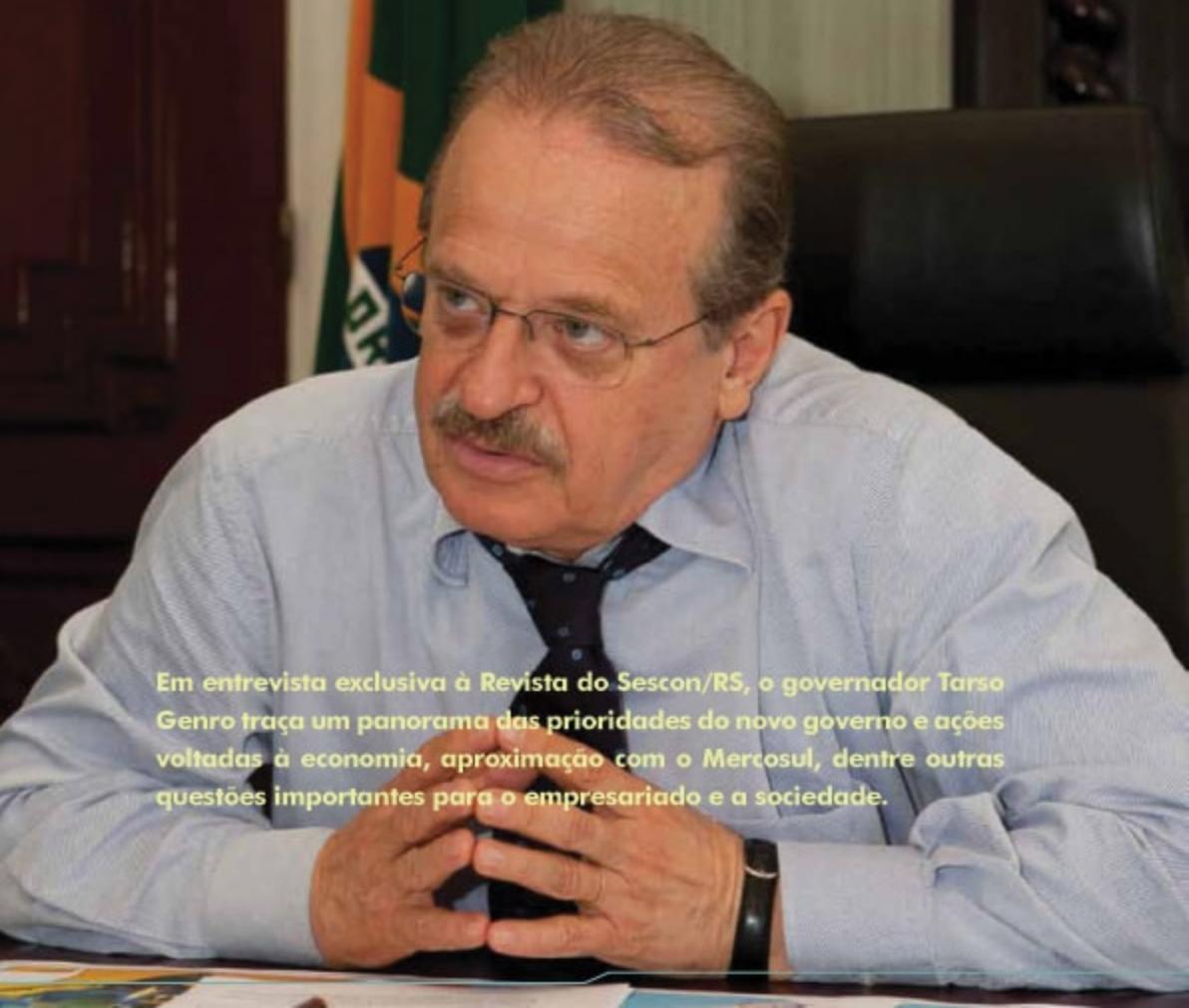
O foco principal é a recuperação do cliente para que ele possa ter acesso ao mercado de consumo. A recuperadora estabelece a capacidade dele ter novas negócios no mercado. A expansão do consumo no país, devido ao momento econômico, exige cada vez mais que empresas que concedem crédito estejam mais atentas, devido à 'voracidade' do mer-

cado. O volume de novos consumidores é muito alto, e com isso temos novas características nos devedores. Por isso, as empresas de recuperação de crédito precisam se modernizar cada vez mais, com novas tecnologias e capacitação de recursos humanos.

"Empresas de Cobrança e Recuperação de Crédito também são representadas pelo Sescon/RS".

“Nosso objetivo é criar incentivos fiscais”

garante o governador



Em entrevista exclusiva à Revista do Sescon/RS, o governador Tarso Genro traça um panorama das prioridades do novo governo e ações voltadas à economia, aproximação com o Mercosul, dentre outras questões importantes para o empresariado e a sociedade.

Revista Sescon/RS: Quais são as principais prioridades e metas neste primeiro ano de governo?

Governador Tarso Genro: Quando assumimos o governo identificamos que faltava uma linha de gestão pública. Não encontramos uma estrutura estatal organizada. A máquina estava no funcionamento mínimo, principalmente em relação aos seus princípios públicos. Além disso, não havia nenhum tipo de controle interno. O projeto de "choque de gestão", como foi denominado pelo governo anterior, é um modelo de gestão que prevê o esvaziamento da estrutura da função pública. Assim, a situação do Estado, apesar do discurso de equilíbrio das contas públicas, apresentado pela administração passada, continua com dificuldades e as carências de quando o governador Rigotto deixou o governo em 2007. Em nome do déficit zero, o Estado ficou fraco. A nossa visão é de que o Rio Grande do Sul tem que ser fortalecido, não pode ser evasivo nem autoritário, e buscar continuamente o equilíbrio e a coesão. O que pretendemos é trabalhar para melhorar ao máximo possível a situação financeira do Estado para viabilizar novos investimentos. Com esse reordenamento, seremos o indutor do crescimento econômico e social que colocará o Rio Grande em um novo patamar de civilidade e participação.

Revista: Quais são as ações que o governo pretende executar para diminuir a alta carga tributária que o Estado e o país enfrentam?

Tarso Genro: O Rio Grande do Sul vive uma dificuldade financeira de mais de 30 anos. Sabíamos disso, e nos preparamos para aplicar um modelo de desenvolvimento econômico e social inovador. Nossa objetivo é criar incentivos fiscais - alguns até já foram aprovados pela Assembleia Legislativa - para ampliar e fomentar o crescimento das nossas cadeias produtivas já instaladas. Um exemplo concreto: vamos conceder isenções e colaborar com empresas que investem em tecnologia para fornecerem insumos para a indústria naval e para as indústrias do petróleo e gás. Além disso, os empreendedores que vierem para o Estado poderão receber maiores benefícios se decidirem aplicar recursos em zonas deprimidas. Mais um exemplo concreto: aprovamos um projeto de lei que concede tratamento diferenciado e simplificado para micro e pequenas empresas nas licitações públicas. Com gestão criativa

"A nossa visão é de que o Rio Grande do Sul tem que ser fortalecido, não pode ser evasivo nem autoritário, e buscar continuamente o equilíbrio e a coesão."

ativa e participativa, ouvindo os setores produtivos, vamos reestruturar a carga tributária do Estado. Por fim, também seremos protagonistas na discussão sobre a Reforma Tributária.

Revista: O que será feito para melhorar a situação financeira do Estado? É possível alcançar o equilíbrio fiscal?

Tarso Genro: Temos que trabalhar com foco no crescimento ordenado, na ampliação da fiscalização para que possamos ampliar a arrecadação, que é um pilar importante. O que pretendemos é trabalhar para melhorar ao máximo possível a situação financeira do Estado para viabilizar novos investimentos. Também já estamos em negociações com o BNDES e o Banco Mundial para, ainda este ano, receber um grande aporte de recursos que serão destinados aos planos microrregionais de desenvolvimento. Com isso, não estamos dizendo que vamos solucionar as carências financeiras do Rio Grande do Sul, mas ao final dos quatro anos, elas estarão em situação muito mais favorável. O Estado não terá equilíbrio fiscal ou "déficit zero" - que não passa de uma falácia neoliberal - enquanto não cumprir os repasses constitucionais em saúde, educação, segurança e inovação tecnológica e enquanto não investir na valorização dos servidores públicos, principalmente policiais e professores.



Revista: Em sua primeira entrevista coletiva, o senhor prometeu fazer um governo de coalizão no Estado. Como está sendo feito esse governo?

Tarso Genro: Desde que vencemos a eleição, trabalhamos para construir uma maioria, mas também para que ela fizesse estabilidade. Não adianta ter um grande número de partidos aliados se isso não se reflete na prática. Assim, os nossos secretários, por exemplo, representam os seus partidos dentro do governo. Escutando e executando as políticas dos partidos, mantemos a base coesa. Isso tem reflexo na Assembleia Legislativa. As bancadas do governo tiveram um papel exemplar em todas as votações até agora.

Revista: Como estão as ações em relação à aproximação do Rio Grande do Sul com o Mercosul? E os benefícios para a economia gaúcha com essa aproximação?

Tarso Genro: Já avançamos muito. Estivemos no Uruguai no começo do governo e já articulamos ações conjuntas. Em breve, estaremos na Argentina e no Paraguai e receberemos o governador da província de Misiones. Na questão do Mercosul, o Rio Grande do Sul tem a pretensão de ser um

espaço privilegiado de unidade sul-americano, fazendo desse espaço um território de conexão entre os países.

Revista: Mais alguma consideração que o governador acha importante ressaltar?

Tarso Genro: Nossa gestão está empenhada em fazer uma grande inovação no que se refere à participação popular e cidadã nas grandes decisões públicas. Para isso, nós temos que recorrer a todas as experiências dentro do estado de direito democrático que promoveu a cidadania, a protagonista da criação de seu próprio destino. Por isso, nós estamos organizando formas de participação que são recolhidas de outras experiências. O Orçamento Participativo, a participação virtual, a Consulta Popular, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é um órgão superior de assessoria e consultoria do governador, são algumas das formas de participação. Nós queremos que esse sistema de participação popular cidadã seja uma referência para a revitalização da democracia, para dar efetividade aos direitos, para que haja um controle público pleno do cidadão sobre o seu governo e sobre a estrutura estatal.

As vantagens de ser empresa de CONTABILIDADE

Quem ainda tinha dúvidas agora não terá mais, pois ter uma empresa de contabilidade só trará vantagens, tanto para o profissional de contabilidade como para a empresa que contratará os seus serviços. O contador e advogado José Tadeu Jacoby, que atua como empresário do setor contábil há cerca de 35 anos, explica que tributariamente é muito mais vantajoso atuar como pessoa jurídica e não como física. "A carga tributária na jurídica é bem menor do que na física."

Segundo ele, quem tem empresa tem as opções de fazer o cálculo dos seus impostos, por exemplo, pelo Lucro Presumido, Lucro Real e Simples Nacional para a operação comercial. Sem contar que o valor dos honorários para o profissional de contabilidade autônomo significa mais de 20% de ônus para a empresa-contratante, que pode ficar, inclusive, vulnerável a uma ação trabalhista na Justiça do Trabalho por estar trabalhando com uma pessoa física. "O risco da empresa-contratante é muito grande quando contrata uma pessoa física, e a maioria dos empresários desconhece o ônus de contratar pessoa física e não empresa."

Atualmente, as empresas de serviços contábeis contam com tecnologia de ponta, equipamentos de informática e uma biblioteca sempre atualizada para operar com muito mais rapidez e eficiência. Segundo Jacoby, hoje 90% dos grandes escritórios são empresa de contabilidade, perícia e auditoria. As empresas de contabilidade são compostas por contadores, profissionais especialistas em Recursos Humanos, nas áreas fiscal, contábil, contratos e relacionamento social, além de realizar assembleias de acionistas. "Por

isso, a tendência é contratar a empresa de contabilidade, por todo o suporte que a organização oferece. Para prestar serviço tem que dar nota fiscal e não recibo."

Com toda a evolução tecnológica, normas internacionais de contabilidade e as mudanças constantes nas ferramentas contábeis, como o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) Contábil e Fiscal, Nota Fiscal Eletrônica, entre outras, estão ainda faltando profissionais capacitados. Segundo o empresário, as empresas médias estão terceirizando os serviços de contabilidade por não conseguir contratar profissionais especializados. "Por isso, a necessidade de se capacitar por meio de cursos." E hoje, a empresa, além de uma equipe qualificada, precisa ter uma boa estrutura de equipamentos, local para receber o cliente e treinar seus colaboradores.

*"Para prestar
serviço tem que
dar nota fiscal e
não recibo."*

Governo anuncia corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União

Um dos objetivos do corte é conter a alta da inflação



Cortar R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União foi a mais nova decisão anunciada pelo novo governo Dilma Rousseff no início deste ano. Os objetivos do corte recorde, equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), foram reequilibrar as contas públicas para poder reduzir o déficit nominal e recolocar a dívida líquida em trajetória de queda; e conter também parte da demanda que vem pressionando a inflação. O governo federal reduzirá em R\$ 15,7 bilhões as despesas obrigatórias, e R\$ 36,2 bilhões as despesas discricionárias, como forma de cumprir o corte. Mais R\$ 1,6 bilhão será cortado por meio de veto à Lei Orçamentária. Esse foi o primeiro corte do governo Dilma Rousseff. No ano passado, o bloqueio foi de R\$ 21,8 bilhões, o maior em oito anos de governo Lula.

As medidas, que se referem a uma gestão de curto prazo da política fiscal, tiveram seis motivos, aponta o economista Antônio Carlos Fraquelli. Em primeiro lugar, a presidente recebeu o país com uma inflação de volta, aumentada no final do governo Luiz Inácio Lula da Silva; os índices estão divergindo, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) – indicador oficial da inflação – está em 6% e o IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) já está 11%. “A inflação recrudesceu”, diz o economista. O terceiro motivo é a meta da inflação de alcançar os 4,5% até o final do



Governo assumiu o compromisso de manter as obras do PAC, como esta de Mongaguá, em RJ, mas Minha Casa Minha Vida perdeu 5 bilhões de reais.

ano, porém um IPCA em 6%, distancia essa probabilidade. "A presidente tem que conseguir a meta dos 4,5%, por isso ela cortou os gastos. Por que é importante essa meta?", questiona, "pois com uma inflação controlada significa preservar o poder aquisitivo do trabalhador". E por último, quando realizado um corte de R\$ 50 bilhões está informando para os investidores e para a comunidade internacional que ela está priorizando a estabilidade econômica do país. "Por isso é tão importante esse corte, porque no momento em que se contém demandas, basicamente não se tem inflação."

Para corrigir os problemas que assolam a longo prazo o Estado brasileiro, o economista informa que o governo federal está injetando dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para tentar alcançar um crescimento de 4,5% no final do ano. "As medidas são coerentes, porém será difícil conseguir voltar para os 4,5% até o final de 2011."

Fraquelli lembra que com a alta da inflação, o empresariado é impedido de fazer o planejamento do seu negócio. "Pois ele não tem como prever mudanças dos preços por causa da inflação." Para a sociedade em geral, a inflação controlada significa preservar o salário do trabalhador. "Não é uma decisão equivocada, é uma estratégia inteligente", aponta.

A possibilidade de haver um corte maior no Orçamento, além dos R\$ 50 bilhões anunciados pela equipe econômica, é descartada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo o ministro, esse corte é suficiente para os objetivos do governo. Quanto às receitas, serão reduzidas em R\$ 6,1 bilhões as contribuições sobre lucro líquido; em R\$ 3,1 bilhões a receita por meio do Imposto de Renda e R\$ 3,9 bilhões do Imposto sobre Produto Industrializados (IPI). Haverá, ainda redução nas receitas originárias da Contribuição para o Financiamento das Seguridade Social (Cofins) e de receitas não administrativas.

Com o detalhamento do corte orçamentário, foi confirmada a expectativa de o governo federal reverter, pelo menos em parte, os estímulos feitos na economia brasileira entre 2009 e 2010 – período em que algumas medidas foram tomadas como forma de amenizar os efeitos da crise financeira internacional no Brasil. Mantega esclarece, na programação orçamentária e financeira do Orçamento Geral da União para 2011, que "a redução de despesa mais as outras medidas, de definição do mínimo em R\$ 545 e da taxa de juros não significam, de forma nenhuma, mudanças na política econômica do governo".

Segundo o ministro, houve redução de R\$ 18,087 bilhões nas receitas. A maior queda na estimativa de recei-



Rota das Transp. que controla os investimentos em infraestrutura logística, rodovias e ferrovias, perdeu R\$ 2.393,40 milhões para o exercício 2011.

tas foi a da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), que chegou a R\$ 6,185 bilhões. "Temos que ser realistas com a projeção de arrecadação", disse Mantega. Já o corte nas despesas ficou em R\$ 50,087 bilhões, o que representa 17,8% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Em relação a 2010, houve queda de 1% do PIB.

Houve ainda redução de R\$ 15,762 bilhões de despesas obrigatórias. Além disso, foi acrescentado um crédito extraordinário de R\$ 3,5 bilhões. O corte das despesas discricionárias chegou a R\$ 36,2 bilhões, enquanto os vetos à Lei Orçamentária Anual (LOA) somaram R\$ 1,623 bilhão. Conforme o ministro, a política econômica segue a mesma linha.

"Essa redução de despesas e outras medidas como a fixação do salário mínimo e o aumento da taxas de juros não significam mudança na política econômica do governo. Tem gente falando que viramos ortodoxos, e isso não é verdade. Não tem razão de ser, mudar política econômica bem-sucedida, é política adaptada ao novo cenário que estamos vivendo. A econômica se consolidou, estamos reduzindo estímulos e economizando gastos", afirma.

No resultado primário nominal do Governo Central (Banco Central, Previdência e Tesouro Nacional), o esti-

mativo ficou em R\$ 79,2 bilhões, o equivalente a 2,15% do PIB, em janeiro deste ano. No mesmo período de 2010, o valor era R\$ 49,3 bilhões ou 1,53% do PIB. Nos cálculos do governo, a dívida líquida do setor público em percentual do PIB ficou em 40,1% em janeiro. Segundo Mantega, o valor é menor do que o de 2010, quando a relação ficou em 40,4%, e do que o de 2002 (60,4). "Nós estamos na trajetória correta, estamos reduzindo de fato as despesas, nós melhoramos as contas públicas e voltando aos patamares antes da crise", afirma.

O corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União (OGU) deste ano não afetará os R\$ 170,8 bilhões aprovados para investimentos, dos quais R\$ 40,15 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os recursos para o PAC podem, ainda, ser acrescidos de R\$ 3,35 bilhões por emendas adicionais, conforme acordo com os parlamentares.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, informa que "todos os investimentos e programas sociais serão mantidos". Assim, o governo espera alcançar crescimento de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Mantega explica ainda que "não é um ajuste para derrubar a economia, mas para ajustá-la um pouco e permitir que continuemos a trajetória de queda do déficit nominal e de redução da dívida líquida".

Mantega: "Estamos revertendo os estímulos dados à economia"

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse após anunciar o corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União de 2011 que passou a fase de estímulos à economia patrocinada pelo governo para manter o ritmo de crescimento após a crise financeira de 2009. "A programação orçamentária de 2011 está passando por uma consolidação fiscal, que se deve ao fato de que o governo está revertendo todos os estímulos para a economia entre 2009 e 2010, por conta da crise financeira internacional. Hoje, estamos com a economia crescendo, com demanda forte. Já estamos retirando esses incentivos."

O corte anunciado representa mais do que o dobro do contingenciamento feito no orçamento do ano passado, que foi de R\$ 21,8 bilhões. O Orçamento 2011, aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado, previa R\$ 2,073 trilhões para este ano. Com o corte, o valor cai para R\$ 2,023 trilhões.

A maior parte dos cortes será feita no custeio da máquina pública. A ideia é aumentar a eficiência do gasto. "Significa com menos recursos realizar as mesmas ou mais atividades", disse o ministro da Fazenda, que assegura que os programas sociais serão preservados. "Todos estão mantidos para garantir a expansão do crescimento, estimular o investimento público e privado e, também, para permitir a queda da taxa de juros."

"Não é uma decisão equivocada, é uma estratégia inteligente."



Diferente dos anos anteriores, o dinheiro não foi bloqueado (contingenciado), e sim, retirado de forma definitiva do Orçamento. "Essa redução de gastos tende a ser definitiva. A nossa intenção é manter esse patamar até o fim do ano, mas nada impede que haja alguma mudança excepcional nesse quadro. Não há ideia de modificar esse número de R\$ 50 bilhões. Mas temos que ter uma margem, porque há coisas que não podemos prever", disse ele.

Segundo Mantega, todas as pastas da Esplanada do Ministério foram afetadas. "Todos os ministérios foram atingidos por essa redução de gastos. Haverá esforço, até sacrifício, dos ministérios para se adequarem aos recursos destinados. A própria escassez de recursos para os ministérios vai obrigá-los a fazer isso."

SESCON/RS

modelo de referência para seus representados

O Sescon/RS quer ser a entidade sindical de referência para a sociedade no desenvolvimento de seus representados até 2020. Esta é a visão traçada no seu Planejamento Estratégico, que tem como objetivo orientar o Sindicato ao alcance de suas metas de curto, médio e longo prazos, sendo a premissa básica para o desenvolvimento do Sindicato. “É a posição que a entidade pretende ocupar no futuro”, conforme o relatório do Planejamento Estratégico. Para alcançar esta visão de futuro, o Sescon/RS tem como missão assegurar às empresas representadas as melhores condições para gerar resultados positivos e colaborar para o desenvolvimento da sociedade. Dentro desse plano, a principal meta para este ano de 2011 é aumentar o seu quadro de associados em 30%.

Segundo o presidente do Sescon/RS, Jaime Gründler Sobrinho, a entidade deseja qualificar o banco de dados do Sindicato com o objetivo de aumentar o número de empresas associadas. “Traçamos um plano de aproximação e reconhecimento das associadas e representadas”, pontua. Para isso, a entidade realizará ações com o intuito de qualificar e melhor atender as empresas por meio de cursos, eventos, produtos e serviços.

A implantação do processo de relacionamento com as empresas representadas é outra ação que será colocada em prática pela entidade. O presidente Jaime adianta que serão realizadas visitas às empresas representadas, além da ampliação da oferta de cursos e eventos. Dentre os valores traçados para as empresas representadas, está a defesa dos interesses da categoria com ética e independência; fortalecer a representatividade, por meio de ações; ampliando o atendimento às demais categorias representadas e desenvolvendo campanhas

e ações de interesse de toda a sociedade.

O secretário executivo do Comitê Setorial Sescon/RS – PGQP (Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade), Cleiton Heinz, informa que o desenvolvimento de competências empresariais com visão global é outro objetivo que visa incentivar à participação das empresas representadas em programas de qualidade, através do Comitê. O desenvolvimento econômico e social sustentável, tem como premissa fazer com que o Sindicato tenha a responsabilidade de contribuir para que suas empresas representadas cresçam de forma sustentável, colaborando com o desenvolvimento da sociedade.

O Plano Estratégico tem como definições garantir o entendimento de todos os envolvidos; definir responsabilidades (liderança e equipes); integrar com a gestão financeira e organizacional; estabelecer formas efetivas de acompanhamento e garantir alocação adequada de recursos físicos, tecnológicos, humanos, entre outros. As linhas de ação para o próximo biênio são a gestão de representados; sensibilização de lideranças sindicais; avaliação do portfólio de produtos, serviços e convênios; otimização do uso de ferramentas da internet; marketing associativo; fortalecer a representatividade; ampliar a interiorização; reduzir a inadimplência; fortalecer ações em rede; ampliar oferta de cursos junto às demais categorias; implantar processo de relacionamento com representados e adotar práticas de gestão de pessoas por competências.

Para fortalecer as ações em rede, a proposta é cooperar no sentido de realizar ações integradas com a Confederação, as Federações, Conselhos e outros sindicatos, relacionadas à representação do Sindicato.

No atual gestão está sendo criada a Câmara Setorial

das Empresas de Recuperação de Crédito, que tem como objetivo promover fóruns específicos para debates, com o fim de identificar as necessidades específicas da categoria. A criação de Câmaras de outras categorias representadas é um dos objetivos estratégicos.

Interiorização do Sescon/RS

Ampliar a sua atuação pelo interior do Estado é um dos objetivos do Projeto de Interiorização que visa atuar no desenvolvimento da base representada. A proposta é ampliar o atendimento das necessidades dos empresários em todo o Estado e estreitar a relação com as demais categorias representadas pelo Sescon/RS.

No planejamento foram traçadas ações do Sescon/RS

para o interior do Estado; como melhorar a capilaridade do Sindicato, atingindo todas as grandes cidades do Estado, dentro da área de representação; melhorar a sinergia entre parceiros locais e regionais; buscar novas lideranças para a entidade e sistematizar uma rede efetiva de representantes do Sescon/RS no interior do Estado.

Visando maior aproximação do Sindicato com seus associados e representados, a entidade pretende ainda otimizar o uso de ferramentas na internet, realizando uma reestruturação do portal do Sindicato e a utilização das redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter). Com essas ações, a entidade terá uma interação maior com os seus clientes, possibilitando a melhoria dos seus produtos e serviços e da sua comunicação. Assim o Sescon/RS espera alcançar todos os objetivos propostos em seu Planejamento Estratégico.

MAPA ESTRATÉGICO 2008-2020



Adeus aos papéis

e que venha a tecnologia



Jandira Morete Zinelli do Amaral, da Rosária Serviços Contábeis



José Inácio Lenz, Vice-presidente do Sescon/RS

Novas maneiras de armazenar as informações contábeis invadiram as empresas de contabilidade, e quem não se adaptar com as novas regras e tecnologias ficará completamente obsoleto. E os responsáveis por essas mudanças no perfil da empresa e do contador são as ferramentas, como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que é uma das partes do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) Contábil e Fiscal. A partir de agora, aponta o vice-presidente do Sescon/RS, José Inácio Lenz, as informações geradas por meio magnético e não mais em papel são a principal mudança para o empresário e para o profissional de contabilidade. "O sistema contábil tem que estar preparado com os novos instrumentos tecnológicos e os profissionais reciclados e capacitados constantemente." A contadora Jandira Morete Zinelli do Amaral, ressalta que a NF-e veio para diminuir a informalidade, ainda que não consiga eliminar totalmente, trazendo benefícios para as empresas de serviços contábeis, para as empresas em geral e para o Fisco.

As empresas contábeis precisaram investir em tecnologia e os contadores tiveram que participar de cursos de ca-

pacitação e atualização, em contrapartida, as empresas-contratantes precisaram aderir às novas tecnologias e se adaptar às regras com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica. "Em sua grande maioria foi vantajoso, fez com que nossos clientes não ficassem parados no tempo e saíssem da acomodação, da zona de conforto", frisa Lenz.

Todas essas adaptações à Tecnologia da Informação, bem como a adaptação às novas normas internacionais de contabilidade, estão sendo vistas pelos profissionais da contabilidade de forma positiva, destaca Jandira. "Os profissionais que vencerem este desafio com certeza serão muito mais valorizados, ou seja, essas inovações estão trazendo uma valorização profissional significativa para a classe contábil."

Segundo Jandira, para as empresas de serviços contábeis, a NF-e diminuiu consideravelmente os riscos de erros na emissão de notas. Outro benefício é o fato de que, diminuindo a informalidade, as empresas precisam se organizar para cumprir com todas as obrigações acessórias que o Fisco exige. "Com isso, os empresários precisam procurar empresas sérias, competentes e bem estruturadas. E principalmente, a redução da informalidade nos traz muito mais segurança para trabalhar." Jandira lembra ainda que com a evolução tecnológica, como no caso da NF-e, o profissional contábil está sendo o gestor desse processo, pois ele tem a responsabilidade de informar as empresas em geral, da obrigatoriedade da NF-e, auxiliar na sua implantação e emissão.

Para as empresas em geral, a vantagem é que diminuindo a informalidade, diminui também a concorrência desleal, uma vez que a empresa que sonegava conseguia cobrar preços mais baixos e concordava deslealmente com a empresa que trabalhava corretamente. "E com isso precisava elevar seus preços." Para o Fisco, "porque com certeza arrecada mais e fiscaliza com mais facilidade", complementa o empresário.

No início da implantação da Nota Fiscal Eletrônica, existiram dificuldades por parte das empresas-contratantes e os profissionais de contabilidade precisaram se aproximar mais do seu cliente, orientando-o com as novas regras, comenta Lenz. Jandira lembra também que no início da obrigatoriedade, há cerca de três anos, tanto as empresas em geral como os profissionais de TI e os profissionais da Contabilidade enfrentaram alguns problemas, até mesmo em definir

quem era responsável pelo quê. "As empresas também resistiram bastante e não queriam aceitar que estavam obrigadas à NF-e, e quando viram que não tinha outro caminho, ainda assim demoraram a entender que tinham que admitir funcionários capacitados para serem responsáveis pela emissão das NF-e."

Lenz diz ainda que algumas empresas tiveram problemas tecnológicos e não investiram na área de informática, e o maior desafio era acompanhar as atualizações. "Porém, é preciso encarar de forma positiva, tirar proveito da situação e fazer um upgrade dentro da tua organização."

Muitas dificuldades já foram vencidas, mas com certeza ainda há muitas a serem superadas, como, por exemplo, as empresas entenderem que estão obrigadas a conservar em arquivo digital (XML) todas as NF-e emitidas e recebidas pelo prazo previsto na legislação para apresentação ao Fisco quando solicitado, diz Jandira. "As empresas que não cumprirem esta rotina de forma adequada enfrentarão problemas futuros com a fiscalização."

As novas ferramentas tecnológicas também estão exigindo que os contadores tenham que usar tecnologias às quais não estavam habituados, em um curto período de tempo. "Pois a cada dia surge uma nova obrigação acessória digital", complementa a empresária.

"O sistema contábil tem que estar preparado com os novos instrumentos tecnológicos e os profissionais reciclados e capacitados constantemente."

Palestras – Substituição Tributária e DIRF/DMED

Dando prosseguimento ao convênio, o Sescon/RS realizou em conjunto com o CRC/RS uma série de palestras sobre Substituição Tributária e DIRF/DMED em dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, respectivamente. Ao todo aconteceram 54

palestras referentes aos dois temas em 51 municípios gaúchos.

O convênio busca atender os profissionais da contabilidade, empresários e colaboradores das empresas de serviços contábeis, representadas pelo Sescon/RS.

Interiorização

Continuando com seu processo de interiorização, o Sescon/RS realizou os seguintes cursos no Sincotec Sinos em São Leopoldo:

18/01 – O advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Porciúncula, ministrou curso sobre a Dirf (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) com carga horária de quatro horas.

25/01 - O curso "Procedimentos para encerramento do balanço do ano-calendário de 2010" destinou-se para contabilistas, administradores e advogados. A turma foi ministrada pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Porciúncula.

08/02 - "Rescisão de contrato de trabalho e homologação – comentando o sistema Homolognet – Instrução Normativa SRT nº 15 de 15/07/2010" foi o curso ministrado pelo advogado e professor, Ivo José Paludo.

14 e 15/02 – O contador Ademir Vanzella ministrou o curso "Intensivo de ICMS". Os dois dias de palestras foram direcionados para analistas de departamento fiscal/contábil, administradores e advogados.

16/02 – O Imposto de Renda – Pessoa Física 2011 foi o tema do curso ministrado pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Porciúncula.

16/03 – O curso "A nova contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) – Resolução CFC nº 1.255, de 10/12/2009" foi ministrado pelo advogado e administrador de empresas, Sérgio Augusto da Porciúncula.



Curso Procedimentos para encerramento de Balanço – 25/01



Curso Rescisão de contrato de trabalho – 08/02

Comitê Setorial SESCON/RS - PGQP

Eventos realizados pelo Comitê Setorial do Sescon/RS – PGQP, na sede da entidade:

Curso: Examinador do Prêmio Qualidade RS 2011 – 27 e 28/01/2011;

Curso: Interpretação dos Critérios de Avaliação – Prêmio Qualidade RS 2011 – 15 e 16/02/2011;

Curso: Examinador do Prêmio Qualidade RS 2011 – 17 e 18/02/2011;

Curso: Redigindo o Relatório de Gestão PQRS 2011 – 24/01/2011;

Curso: Examinador do Prêmio Qualidade RS 2011 – 02 e 03/03/2011.



Curso: Examinador do Prêmio Qualidade RS 2011 – 17 e 18/02

Sescon/RS busca aproximação com Secretaria da Fazenda do RS

O presidente do Sescon/RS, Jaime Gründler Sobrinho, participou no dia 23 de fevereiro de audiência com o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Odir Tonollier. O objetivo do encontro foi realizar uma aproximação das entidades da classe contábil com a SEFAZ/RS e colocar em pauta assuntos importantes para os empresários da contabilidade. Os problemas na entrega e validação dos arquivos do SINTERGRA e as dificuldades envolvendo a validação de notas fiscais eletrônicas foram alguns dos temas tratados na ocasião.

Durante a reunião também foi solicitado ao secretário um atendimento preferencial para os empresários contábeis na sede da SEFAZ/RS, bem como melhorias no site do órgão estadual. Participaram da audiência o vice-presidente do Sescon/RS, José Inácio Lenz; o diretor financeiro do Sescon/RS, Diogo Ferri Chamum; o presidente do CRCRS, Zulmir Breda;



o presidente da Federacon-RS, Sérgio Dienstmann; e o presidente do Ibracon – 6º Seção Regional, Sérgio Fioravanti.

Acertando as contas com a Vera

Tetê Pacheco*

Me surpreendi com o convite para escrever aqui, na Revista do Sescon/RS.

A primeira pergunta que me faço sempre que recebo um convite para escrever é "por que eu? O que eu penso pode fazer diferença para alguém?".

Superadas as dúvidas iniciais, me interessei em saber qual seria a pauta da edição, o perfil do leitor, etc. Nova surpresa com a resposta. Público 90% masculino.

Sério? Mas o que eu tenho para dizer aos 90% de donos e funcionários de empresas de serviço contábil do Brasil?

Foi quando minha contadora me veio à mente. Respeito e admiro muito a Vera, porque além de ser gentil e paciente, ela cuida da minha empresa como se fosse dela. Com um cuidado, organização e objetividade que não são comuns entre nós, seres hormonais, para dizer o mínimo.

Fiquei pensando que a Vera só representava 10% do perfil leitor da revista e me chateei por ela. Trabalhar em um meio com predominância do sexo oposto é algo que eu conheço bem. Trabalho dirigindo a criação de agências de propaganda desde o tempo em que não era comum as mulheres se aventurarem a dirigir nem bem os seus carros. Ok, me permitam esse exagero. Eu sempre dirigi o meu.

Mas o que eu ia dizendo é que a tendência das mulheres que trabalham entre os homens é a de se camuflar. Ficarem meio parecidas com eles. Não tem jeito. É estratégia de sobrevivência.

Portanto, caros 90% que me leem, não fiquem tão empolgados com a colega do lado que parece adorar futebol e que morre de rir com suas piadas. Ela está disfarçada de amigão. Só isso.



* Publicitária, professora da Miami Ad School e colunista do Estilo Zaffari.

Mulheres gostam mesmo é de outras mulheres. Se vestem para elas. Perdem tempo com coisas que jamais passou pela sua cabeça, como a diferença que faz uma boa manicure na vida. Ou entram em depressão com coisas tão importantes quanto uma unha quebrada ou a perda de uma liquidação.

Demarco as diferenças não para levar as mulheres de volta à cozinha (ambiente aliás que tem sido muito mais frequentado pelos homens que eu conheço) nem ao clube de tricot, mas para que todos nós, homens e mulheres, entendamos logo que diferente é melhor do que igual.

Vou dar uma palestra numa grande empresa multinacional e vou falar sobre este tema. Ao visitar o local me chamou a atenção a quantidade de mulheres que havia no ambiente. Eram muitas. Acontece que muitas empresas que se preparam para abrir capital na bolsa precisam cumprir alguns pré-requisitos e entre eles está a famosa cota de diversidade. Sim, queridas 10%, na maioria das empresas, somos cotas de diversidade, assim como os negros, os portadores de deficiência física e tal.

De qualquer modo, essa conta ainda está longe de ser equilibrada. Para fechar o balanço vamos precisar de mais umas gerações de profissionais.

Por enquanto, envio minha solidariedade à querida Vera.

*Fazer seu
Imposto de Renda
com quem sabe, é
muito mais tranquilo*

*Evite o estresse e transtornos na
declaração de seu imposto de renda.
Contrate uma empresa de serviços contábeis
representada pelo SESCON/RS e conte com
uma assessoria qualificada para
ficar tranquilo com o leão.*



SESCON RS

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS
EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES
E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Domínio Honorários

nova versão

Controle financeiro completo e integrado para o seu escritório de contabilidade.

Conheça as principais novidades do sistema:

- Faturamento para clientes eventuais;
- Cobrança registrada;
- Controle orçamentário;
- Fluxo de caixa realizado e projetado;
- Processos de renegociação.



dominio
sistemas

Informações comerciais: 0800 645 4004
www.dominiostsistemas.com.br

A sua melhor escolha